

RIO\$ de gastos

Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul - Pacs
5ª Edição mar/16



Megaeventos e segurança pública

Olimpíada reforça militarização, criminalização e racismo

Os Jogos Rio 2016 terão a maior operação de segurança da história do Brasil'. Essa notícia e a proximidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos tornam ainda mais necessária a reflexão sobre nossa política de segurança pública, herdeira da ditadura civil-militar.

Os megaeventos são um momento ímpar, que tornam o Brasil, e em particular o Rio de Janeiro, uma vitrine internacional ao mesmo tempo em que acirram as contradições existentes. Ao reforçarem um modelo de desenvolvimento desigual na cidade, os Jogos são, na verdade, uma festa exclusiva para convidados. Intensificam-se práticas de repressão por parte do Estado, que busca conter

e reprimir quem é visto pelas elites como a sujeira da cidade, que merece ser escondida durante esse processo de "limpeza" ou higienização que precede as disputas esportivas.

Os megaeventos são, portanto, um mecanismo de aprofundamento e intensificação dos dispositivos de controle, pautados pelo racismo e pela truculência, que agravam o genocídio da população negra, a violência policial nas favelas e a repressão a movimentos sociais e manifestações. Fazem parte de um modelo que movimenta grandes recursos na elitização de alguns territórios, enquanto se intensifica a exclusão e as violações em outros.



Nesta edição do Rio de Gastos, vamos analisar os gastos com segurança pública nas Olimpíadas, dados de violência policial, legislações e modelo de políticas de segurança.



Quando a polícia mata

Desde janeiro de 2015, foram eliminados em nível nacional os termos “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte” dos boletins de ocorrência e inquéritos policiais. Estes são um dispositivo legal que permitiam ao policial reagir de modo extremo a uma ameaça sem ser processado. O registro dos “autos de resistência” acontece desde a ditadura civil-militar e tem servido para encobrir e justificar os homicídios cometidos pela polícia. Em seu lugar, propõe-se o uso de “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”.

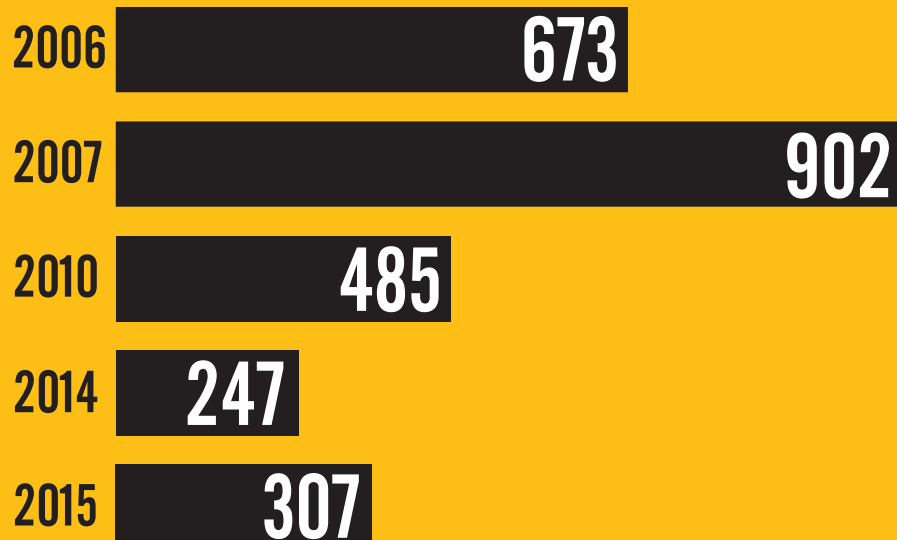
O fim do uso representou uma vitória importante para o movimento negro e de favelas, no entanto, o novo termo perpetua a antiga lógica de que a polícia está agindo em legítima defesa, pois a referência a uma “oposição” denota um julgamento prévio acerca da vítima, que é inclusive tratada por “resistente”.

Dessa forma, mantem-se o contexto que encobre assassinatos praticados por policiais militares. O Rio de Janeiro utiliza atualmente o termo Homicídio Decorrente de Intervenção Policial, fazendo com que a adoção do termo nacional represente um retrocesso.

Em 10 anos (2006-2015), 4.735 pessoas foram assassinadas por policiais em serviço na cidade do Rio, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP). Esse é o número de mortes registradas, ou seja, os índices podem ser ainda maiores. Em 2007, foram registrados 902 autos de resistência na cidade, um dos maiores índices dos últimos anos. Naquele ano foram realizados os Jogos Pan-americanos e anunciado que o Brasil sediaria a Copa de 2014. Depois de alguns anos de queda, esse índice voltou a subir na Capital. Esses homicídios somaram 247 em 2014 e 307 em 2015, um aumento de 24,3%.



Quantidades de mortos por ação policial no Rio de Janeiro



Não falta **dinheiro** para a repressão

Mensurar o orçamento de Segurança dos Jogos de 2016 não é fácil. O montante gasto na remuneração do efetivo que atuará em função do evento não é contabilizado nas contas oficiais, por exemplo. Em nível federal, estão previstos R\$ 930 milhões – sendo 350 oriundos do Ministério da Justiça e 580 do Ministério da Defesa.

Estimativas recentes apontam, no entanto, um aumento de ao menos 15% neste valor², mesmo que muito do material comprado para a Copa ainda esteja sendo utilizado. A Secretaria Estadual de Segurança Pública também já investiu cerca de R\$ 750 milhões, e até a Olimpíada entrará com mais R\$ 300 milhões. O COI gastará R\$ 252 milhões com segurança privada de 87 locais administrativos, com equipes que somam 6 mil homens, entre vigilantes de segurança privados com habilitação para grandes eventos e bombeiros civis³.

Foi anunciado também que 85 mil homens – sendo 47 mil de segurança, defesa civil e ordenamento e 38 mil das Forças Armadas – irão atuar durante os Jogos. Assim, o plano de segurança da Olimpíada é quase cinco vezes maior do que o empregado nos Jogos Pan-Americanos de 2007 e o dobro do utilizado na Olimpíada de Londres-2012, quando atuaram cerca de 40 mil homens entre as forças públicas de segurança e agentes privados.

O governo tem procurado se assegurar de que as restrições orçamentárias não vão comprometer a



Número de agentes de segurança por evento:

Rio 2016	Londres 2012	Pan Rio 2007
85mil	42mil	18mil

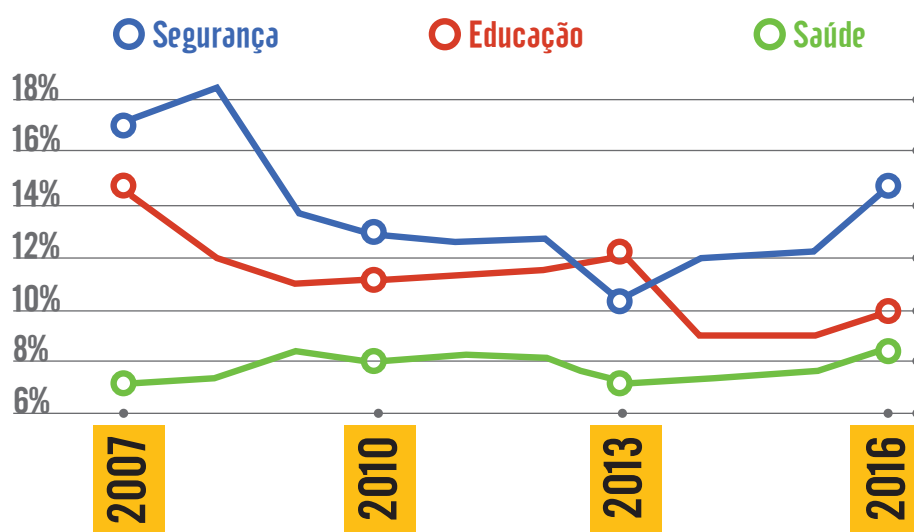


Orçamento da Sec. Estadual de Segurança Pública:

2007	R\$2,5bilhões
2016	R\$7bilhões

segurança dos jogos. Se depender do governo do estado, dinheiro não vai faltar. Mesmo em meio a uma crise fiscal, com cortes em diversas áreas prioritárias e atrasos sistemáticos no pagamento dos servidores, o governo decidiu aumentar o gasto com segurança, mantendo essa área como a que mais recebe dinheiro do orçamento.

**Peso das funções
segurança,
educação e saúde
no orçamento do
Estado do Rio**



Entre 2007 e 2016, o orçamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública passou de R\$2,5 bilhões para mais de R\$7 bilhões, ou seja, quase triplicou. Os recursos destinados à segurança pública se mantiveram acima dos investimentos em educação (com exceção para 2013) e em saúde. Ressalta-se que em dezembro de 2014 o Estado fechou unidades de saúde, deixou pacientes sem atendimento, funcionários

sem salários e sem material de trabalho.

O governo federal mantém o padrão de gastos em segurança pública, embora persistam as desigualdades sociais e econômicas, além da violência. O Brasil figurava em 2013 como campeão mundial de homicídios, reproduzindo a tragédia dos “homens de preto”: policiais, quase todos pretos, matando homens pretos.

O projeto da cidade excludente por trás das UPPs

Foto de: <https://goo.gl/36BgIU>

Em 2007, o Brasil foi anunciado como sede da Copa do Mundo de 2014. No ano seguinte foram criadas as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) e em 2009 o Rio foi confirmado como uma das cidades-sedes da Copa e a cidade dos Jogos Olímpicos de 2016. A partir daí, as UPP's se multiplicam formando um cinturão de segurança ao redor de comunidades pobres nas regiões de grande investimento e maior interesse econômico.

As regiões da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Zona Portuária, focos da especulação imobiliária, além da Zona Sul, vitrine turística, são o foco do mapa das UPPs, deixando as áreas com maiores índices de homicídio no Estado esquecidas. Assim, a lógica da segurança pública é ditada pelos interesses econômicos das construtoras. Exemplo disso é o chamado "efeito UPP", em que se valorizam empreendimentos construídos em bairros próximos às unidades.

"Realmente são as Olimpíadas que ditam nossa escolha. Eu diria até que, sem esse evento, a pacificação nunca teria acontecido", disse o coronel da PM Robson Rodrigues, um dos responsáveis pelo projeto de pacificação⁴.

O Brasil tem treinado comandantes de UPPs nas "missões de

paz" promovidas pela ONU no Haiti, que sob o discurso da paz e da estabilização ocupa o país com tanques, fuzis e helicópteros, provocando sistemáticas violações aos direitos humanos da população. Mesma abordagem, mesmas armas e o mesmo discurso: o mito da pacificação⁵.

Por fim, cabe também ressaltar o financiamento privado dessa política. Empresas, tal qual fizeram com os aparatos de segurança da ditadura, financiam também as UPPs: Coca-Cola, Bradesco Seguros, Firjan, CBF, Sebrae, Senac, Light, Odebrecht. A organização Viva Rio e o Consulado Geral dos EUA também são parceiros das Unidades. Outra notícia preocupante foi o anúncio da abertura no Rio, em outubro de 2014, de um escritório da agência Drug Enforcement Administration (DEA), de combate ao narcotráfico dos Estados Unidos, atendendo a pedidos do secretário de segurança, José Beltrame.

Fica fácil notar como as UPPs são um projeto de uma cidade excludente, muito mais do que um projeto de segurança pública. Instaladas em diversas regiões de maior IDH e menor índice de violência, não conseguiram deixar de ser meramente um programa policial com retórica social.



Foto e capa de: Tomaz Silva/Agência Brasil

Lei antiterror é ameaça ao direito de manifestação

O PL 2016/2015, conhecido como "lei antiterrorismo", é uma das questões mais polêmicas envolvendo as Olimpíadas e representa uma ameaça à liberdade de expressão e ao direito de manifestação⁶.

Aprovada pela Câmara dos Deputados em 24 de fevereiro, a lei abre brechas para a criminalização dos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil. Se

sancionada pela presidenta, a lei deixará na mão de policiais, promotores e juizes a decisão sobre sua aplicação em cada caso, contribuindo para a seletividade penal. Para organizações da sociedade civil, o projeto representa um grave retrocesso à democracia.



Leia mais em
<https://medium.com/@pacsinstituto>

Dê sua opinião:



fb.com/PACsinstituto



[@InstitutoPacs](https://twitter.com/InstitutoPacs)



pacs@pacs.org.br

1- <http://goo.gl/HshvMm>; 2- <http://goo.gl/eUuN2s>; 3- <http://goo.gl/HshvMm>; 4- <http://bit.ly/1Pu4Z6H>; 5- <https://goo.gl/DSahtu>; 6- Outro projeto em tramitação atualmente é o PL 215/2015, conhecido como "PL espião", que vai no mesmo sentido restritivo do PL 2016/2015, permitindo a retenção de informações de usuários da internet mesmo sem ordem judicial;

Expediente Boletim Rio de Gastos

Textos: Julia Bustamante, Sandra Quintela e Gabriel Strautman. Edição e revisão: Iara Moura e Thiago Mendes. Projeto Gráfico: Mardônio Andrade. Apoio: Fundação Heinrich Böll, DKA Áustria.



Todas as fotos, textos e publicações do Pacs estão sob licença Creative Commons. Todo o material pode ser reproduzido em qualquer meio, sem a necessidade de autorização prévia, desde que citado o Instituto como fonte.

www.pacs.org.br
+55 (21) 2210.2124
R. Evaristo da Veiga, 407/702
Rio de Janeiro / Brasil

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul